

**SBS- XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**

**GT- 11. MUNDO RURAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA: TERRITORIOS,  
ATORES, PROJETOS**

**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E  
AGRICULTURA FAMILIAR: A REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES EM  
PERSPECTIVA**

**JOANA TEREZA VAZ DE MOURA**

**Doutoranda em Ciência Política, UFRGS**

# **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e agricultura familiar: a representação de interesses em perspectiva <sup>1</sup>**

Joana Tereza Vaz de Moura<sup>2</sup>

## **Resumo**

Neste trabalho analisa-se a questão da representação de interesses no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) de Cahoeiras de Macacu, RJ, compreendido num espaço de disputas políticas envolvendo diversos atores: representantes do poder público municipal, das organizações de agricultores familiares, de organizações dos produtores rurais e das entidades parceiras. Assim mesmo, analisa-se a dinâmica de atuação e funcionamento do CMDR, atentando-se para como a representação é construída e reconhecida, enfatizando conflitos, tensões e problemas estruturantes das práticas dos agentes diante da dinâmica de relações no espaço. Apesar de sua constituição recente e da longa tradição de formalismo e burocracia, pode-se afirmar que criou-se relações mais diretas entre o poder público e os agricultores familiares. Da mesma maneira, a dinâmica de organização das comunidades repercute diretamente na atuação de diferentes representações dentro do CMDR, e como os representantes encaram a sua participação. O que se verifica na prática é a fragilidade dos conselheiros diante da centralização do poder nas mãos do poder público. Mesmo no CMDR, onde se verifica uma mesa diretora que incentiva a participação, os representantes dos agricultores familiares pouco se manifestam, pouco discordam das opiniões do presidente. Muitas vezes a figura do presidente, numa postura centralizadora e autoritária dificulta e até impede os debates, forçando consensos. A conclusão fundamental que se pode extrair deste exercício é que o Conselho tem suposto o início de uma nova dinâmica de mobilização e articulação das comunidades com o poder público local, entretanto ainda é uma idéia bastante incipiente, mas que pode trazer mudanças, pois o CMDR além ser um espaço de socialização, politiza as pessoas, dando importantes passos na construção de agricultores familiares mais participativos rumo a sua legitimação.

## **1. Introdução**

Com a redemocratização da sociedade brasileira a partir de fins da década de 70, assiste-se a um intenso e complexo processo de revitalização da sociedade civil, de valorização da cidadania e de fortalecimento das instâncias públicas municipais. Tal processo foi incentivado, sobretudo, pela pressão dos movimentos sociais junto ao Estado e desdobrou-se na implementação de políticas públicas descentralizadoras e na criação de instituições, tais como os inúmeros conselhos municipais instituídos por meio de legislação nacional e que abarcam diferentes formas e atores sociais.

---

<sup>1</sup> Este artigo resume algumas reflexões contidas na dissertação de mestrado intitulada “Um por todos. E agora?”- um estudo sobre a representação de interesses da agricultura familiar no Conselho Municipal de Cahoeiras de Macacu-RJ, apresentada pela autora ao curso de pós-graduação em Ciências Sociais: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, em agosto de 2004.

<sup>2</sup>Doutoranda em Ciência Política (UFGRS).

Abramovay (2001) ressalta que os conselhos municipais são inovações institucionais e que se estruturam de modo a incorporar representantes da sociedade civil e do Estado, inclusive aquelas categorias e grupos sociais que antes estavam excluídos do espaço público institucional e do debate com os representantes do Estado.

No meio rural, citam-se os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDRs - que impulsionados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, mais especificamente da linha Infra-estrutura, permitiu e potencializou o acesso dos agricultores familiares a discussões e decisões relativas ao desenvolvimento rural do município.

Esse artigo tem como objetivo principal sustentar a idéia de que uma maior ou menor participação dos representantes dos agricultores familiares e o seu poder de barganha no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural não dependem de um único fator, mas de vários, em especial, do grau de organização da categoria e de sua trajetória política. Dependem ainda do apoio governamental e de apoios externos (mediadores, ONGs). Ou seja, a natureza dessa participação, seus limites e potenciais encontram-se, direta ou indiretamente, relacionados a uma configuração<sup>3</sup> social, política, institucional e mesmo cultural, seja local ou nacional e que, em certa medida determina a força ou fragilidade dos agricultores familiares e seus representantes.

Esta reflexão está baseada em um estudo de caso no município de Cachoeiras de Macacu, RJ, possível pela existência, no município, de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural desde 1997, ou seja, está funcionando há sete anos, o que permitiu perceber alguns resultados e a evolução de uma prática conselhistas<sup>4</sup> no âmbito local. Devido, também, ao município ter sido a primeira experiência coletiva de projeto de assentamento pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no estado, resultando numa vitalidade política forte, ou seja, a tradição de luta política é uma das mais fortes no estado, com capacidade organizativa muito grande. Mais ainda, grande parte dos agricultores familiares do município foi assentada nesse projeto de colonização do

---

<sup>3</sup> Está-se utilizando a noção de configuração de Elias (1999:142). Segundo Elias, uma configuração “forma um entrelaçado flexível de tensões”. Este conceito pode ser aplicado tanto a grupos relativamente pequenos como a sociedades constituídas por milhares ou milhões de pessoas interdependentes”. Ou seja, para ele a configuração é entendida prioritariamente como interdependências entre processos sociais.

<sup>4</sup> Entende-se por “prática conselhistas” a internalização e apreensão por parte dos conselheiros de regras de funcionamento de um conselho municipal. No momento, não se refere à qualidade da participação.

INCRA. E, finalmente, por haver reuniões periódicas do conselho, o que facilitou a compreensão, por parte da pesquisadora, da dinâmica das reuniões, ou seja, as diversas forças políticas envolvidas, as propostas que são levadas para discussão, quem tem o poder da fala, etc.

Analisar a representação de interesses dos agricultores familiares no CMDR - ocasião em que se socializam para a participação em um mundo institucional - a partir das relações de poder que são aí tecidas é reconhecer o envolvimento desta categoria específica numa teia de relações que tem projetos políticos complementares e muitas vezes contraditórios.

Essa representação aplicada à categoria agricultura familiar tem uma especificidade que não pode ser analisada do ponto de vista da representação nem do poder público, nem de outras entidades que historicamente se configuram como dominantes, como o caso, por exemplo, do Sindicato patronal, que sempre influenciou nas políticas voltadas ao meio rural.

Não se pode compreender a representação de uma categoria específica sem entender as relações com os vários agentes em jogo e como as ações destes agentes influenciam a representação da categoria agricultura familiar. Principalmente na sua relação com o Estado, relação de reconhecimento, mas também relação de necessidade mesmo e de dependência para obtenção de recursos. O Estado aparecendo como instância estratégica para diminuir os efeitos da exclusão dos agricultores familiares. Além disso, todos os modos de exercícios de poder devem ser compreendidos como condição e também desdobramentos da dinâmica das relações existentes em um conselho municipal.

A concepção de Bourdieu sobre campo, representação e delegação foi fundamental para uma maior compreensão da dinâmica, dos impasses e dos desdobramentos da representação e construção de interesses dos agricultores familiares no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Cachoeiras de Macacu, sobretudo porque o autor ressalta a idéia de campo como espaço de conflitos, de embates de desigualdade de força. Da mesma forma, a reflexão do autor sobre o efeito de censura que o campo político exerce foi esclarecedor para a compreensão da postura dos conselheiros frente ao Secretário da Agricultura.

Bourdieu (1989) , ao estudar sobre campo político, ressalta que a participação na política implica uma capacidade de conhecimento que foi formulada por um pequeno grupo e que não é acessível a todos, sendo que esse conhecimento é fundamental, pois legitima a entrada ou permanência no campo político:

“O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência de sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações. O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nela se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidade de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção” (Bourdieu, 1989:164).

Um outro aspecto importante analisado por Bourdieu (1989) diz respeito a concepção de representação como aprendizado e os fatores que garantem uma continuidade. Para ele, todo grupo possui um porta-voz e há uma certa tendência à continuidade da representação, a pessoa/representante vai aprendendo as regras do jogo.

Quanto a contribuição de Offe, interessa resgatar sobretudo o estudo sobre como a posição estrutural de um grupo influencia na construção dos interesses.

Offe (1984) defende a tese de que a diferença de posição na estrutura de classes produz diferenças tanto ao tipo e ao grau de poder que as organizações podem conquistar, como de práticas associativas (ou lógicas de ação coletiva) pertinentes aos universos do trabalho e do capital. Na sua visão, tais diferenças tendem a ser obscurecidas pelas correntes

pluralistas centradas no paradigma dos “grupos de interesse” e pela noção subjacente de uma lógica de ação coletiva unitária e utilitária universal a todo tipo de associação.

Segundo o autor, o poder das organizações é fundamental<sup>5</sup> e aqueles que detém maior capital são os que têm maior poder de influência.

“Um número idêntico de indivíduos interessados, com graus idênticos de determinação de defenderem e promoverem seus interesses pode produzir manifestações e práticas organizacionais muito diferentes conforme a localização estratégica dos membros dos grupos na estrutura social e conforme o status político que sua organização desfruta ou não” (Offe e Wiesenthal, 1984:224).

Essa reflexão foi fundamental para entender a necessidade de organização dos agricultores familiares e por que alguns atores sociais, como por exemplo, representantes do Governo, do Sindicato patronal e de algumas organizações não precisam de muita organização para defender seus interesses.

Do ponto de vista metodológico, optou-se pelo seguinte caminho, ou seja, conhecer (a) a estrutura configurativa da representação; (b) a identidade dos representantes oficialmente instituídos, (c) o percurso do processo de constituição da representação, (d) a idéia de representação que essa política pública está “falando” e “defendendo”; e, finalmente, (e) a relação do representante com a sua base.

Foi preciso compreender a história política dos atores envolvidos; isso se concretizou mediante entrevistas com algumas pessoas das entidades participantes do CMDR de Cachoeiras de Macacu. Foi necessário, ainda, entender como as propostas são levadas para as reuniões, ou seja, quem leva propostas para a “mesa”.

Com relação as atividades de pesquisa e a coleta de dados, as informações foram coletadas mediante análise documental e bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas e observação de campo, técnicas estas consideradas as mais recomendadas em um estudo dessa natureza. A análise documental foi realizada através de pesquisas em relatórios do Conselho e em Leis e Decretos publicados. A análise documental e bibliográfica forneceu

---

<sup>5</sup> Offe (1984) desenvolve um debate acerca das diferenças que estão escondidas quando se usa o conceito de “grupo de interesse”, fazendo uma crítica às teorias utilitaristas e às formas de representação de interesses como se fossem neutras. Neste sentido, o autor questiona: será que todos os grupos/ organizações estão na mesma condição para se organizar? A resposta é feita por uma observação de Lindblom “*uma das insensibilidades convencionais das ciências sociais contemporâneas revela-se nos trabalhos acadêmicos sobre grupos de interesse. Muitos desses trabalhos tratam todos os grupos de interesse como se estivessem num mesmo plano...*”.

elementos importantes para a construção do roteiro semi-estruturado, instrumento básico para a realização da "entrevista semi-estruturada".

De início as informações foram obtidas através de observações nas reuniões do CMDR e leitura de atas de reuniões anteriores; num segundo momento foram realizadas entrevistas com alguns conselheiros, enfatizando os modos como eles concebiam as relações de poder no âmbito do conselho, principalmente a relação agricultor familiar/poder público municipal, na figura do secretário de Agricultura do município. Por isso, a pesquisa, também ofereceu momentos de reflexão dessa relação e do significado da participação para o segmento agricultura familiar.

## **2. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural em Cachoeiras de Macacu: criação e organização**

O Conselho Municipal de Cachoeiras de Macacu foi criado em 1997, quando o município foi um dos escolhidos para ser beneficiado pelo PRONAF Infra-estrutura. Como já existia um Conselho Municipal de Política Agrícola (CMPA) no município, foram feitas algumas alterações a fim de adequar aos critérios do PRONAF. Foi quando estabeleceu-se um mínimo de 50% de representantes dos agricultores familiares na composição do Conselho.

Essa composição representou uma experiência inovadora para o município ainda que sua formação tenha sido iniciativa do poder público numa espécie de contrapartida visando cumprir um requisito estabelecido pelo Conselho Estadual do PRONAF, para receber os recursos da linha infra-estrutura e serviços. Pela primeira vez as organizações dos agricultores familiares foram convocadas a participar de uma instância que pretendia promover espaços de reflexão e de mudança política no município.

O município só começou a receber os recursos em 1998, atraso este devido aos problemas de operacionalização do programa no seu primeiro ano.

Em julho de 2001, foi aprovado, em reunião extraordinária, o regimento interno do CMDR, que estabelece que o mandato dos membros do CMDR seria de dois anos, ficando explícito que tais membros seriam designados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação dos titulares dos órgãos e entidades representantes. São nomeados dois representantes: um conselheiros titular e um suplente.

A entidade ou associação que faltar por 03 vezes consecutivas ou 05 alternadas às reuniões do Conselho teria seus representantes desligados automaticamente, tendo essa associação ou entidade um prazo de 30 dias para apresentar Ata com os novos representantes.

Em seu Art. 3º, parágrafo 1º, o regimento também estipula que

“A presidência do Conselho caberá ao Secretário Municipal de Agricultura.”

Desse modo, ao se definir legalmente que a presidência do Conselho sempre seria exercida pelo representante de confiança do Executivo, criou-se uma relação de poder desde então marcada pelo domínio do poder público, evidenciando a diferença com os demais representantes. Essa atribuição de responsabilidade levou à operacionalização do programa conforme interesses econômicos e compromissos políticos assumidos pelos participantes do jogo de forças que preside à eleição de cada prefeito.

Significa também o predomínio do discurso da competência precedendo uma visão democrático-participativa.

A ênfase neste aspecto é importante para a compreensão da instituição Estado e para a demonstração de que, como toda instituição

“o Estado incorpora uma idéia que procede da ordem desejável a ser objetivada, e os atos que a exteriorizam fundamentam-se na percepção e na auto-atribuição da competência. Mas esta competência incorpora visões constituídas em outros campos, como, por exemplo, a atribuição de sentido e de importância ao saber qualificado como científico, ele mesmo constituído e legitimado pelas especializações” (Neves, 1997:77).

Em 2001, o prefeito eleito comprometeu-se, desde a campanha, por uma política de transferência de recursos para o segmento da agricultura familiar do município. Contava com amplo apoio dos agricultores familiares. Propôs uma reestruturação dos serviços públicos e da redistribuição dos recursos advindos da administração municipal. Apoiou as ações de diversas associações de pequenos produtores em prol de melhorias na comercialização de seus produtos. Transferiu direta ou indiretamente uma série de recursos financeiros para viabilizar a produção agrícola. Participou da construção de condições para viabilizar o escoamento da produção. Esta proximidade do prefeito com os agricultores familiares produziu efeitos sobre as relações dos agricultores com as instituições, tanto as



que compõem o aparato administrativo municipal como o estadual e federal. Este apoio do poder público teve importância fundamental nos desdobramentos das organizações políticas dos agricultores. As associações adquiriram significados novos, na medida em que o portavoz institucional de cada associação pôde estabelecer contatos diretos com titulares da administração municipal. O poder público reconheceu a elegibilidade dos membros do Conselho a partir da capacidade de certas comunidades terem seus representantes e de ocuparem posição que ultrapassa o espaço da comunidade.

O ponto essencial é que, na medida que o Estado, seja através de um prefeito que se mostra sensível com as questões referentes aos agricultores familiares, seja através de políticas públicas, se aproxima da realidade desse segmento, estabelece-se uma nova relação<sup>6</sup>.

Na visão da representante da comunidade do Faraó, a prefeitura tem que apoiar a agricultura familiar. Isso é uma questão política. Diz ela:

“Para mim o prefeito tem que apoiar o secretário de Agricultura. É uma questão de vontade política. Em Cachoeiras de Macacu já tiveram bons Secretários de Agricultura, mas o prefeito não apoiava nada. Hoje, felizmente, há uma junção de competências do Secretário da Agricultura com o prefeito. A visão do prefeito é que realmente a agricultura do município tem que voltar a ser o que era antes.”

Assim, nesse novo mandato, coube ao poder local, em especial à Prefeitura Municipal, uma participação decisiva na implementação das condições de constituição do Conselho e de seu funcionamento (cessão de local e recursos materiais).

## **2.1. A configuração do CMDR: alguns papéis significativos para se pensar a representação**

---

<sup>6</sup> Sobre a aproximação do Estado com a sociedade através de formas inovadoras, pode-se citar o caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre, como uma das maiores inovações que “visa garantir a participação popular na preparação e na execução do orçamento municipal, e, portanto, na distribuição dos recursos e na definição das prioridades de investimento”(Santos, 2002:461). Para maiores detalhes ver este estudo.

Para constituir o Conselho, foram nomeados pelo Prefeito Municipal os membros indicados pelos órgãos e entidades representativas do município e ficaram definidos os órgãos que participariam do CMDR, como pode ser observado no quadro 01.

### Quadro 01

#### Composição inicial do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Cachoeiras de Macacu

| ORGANIZAÇÕES  | Nº REPRESENT. |
|---|---------------|
| <b>A) Órgãos Governamentais:</b>  | <b>04</b>     |
| Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca;   | 01            |
| EMATER-RIO;   | 01            |
| INCRA-RJ;   | 01            |
| Núcleo de Defesa Sanitária;   | 01            |
| <b>B) Entidades Parceiras:</b>  | <b>05</b>     |
| Sindicato dos Produtores Rurais;  | 01            |
| Sindicato dos Trabalhadores Rurais  | 01            |
| Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Cachoeiras de Macacu;                                | 01            |
| Cooperativa dos Criadores de Rãs de Cachoeiras de Macacu, Magé e Adjacências;                           | 01            |
| Associação Regional de Piscicultores do Vale do Macacu;   | 01            |
| <b>C) Representantes dos Agricultores Familiares</b>  | <b>09</b>     |
| Associação de Pequenos Produtores de São José da Boa Morte;   | 01            |
| Associação dos Lavradores e Amigos do Faró;   | 01            |
| Associação dos Produtores das Comunidades de Quizanga;  | 01            |
| Associação dos Produtores das Comunidades da Gleba G, Rio do Mato, Nova Ribeira, Marubaí e Adjacências; | 01            |
| Associação de Pequenos Produtores, Lavradores, Artesãos do Soarinho e Adjacências;                      | 01            |
| Associação de Moradores, Produtores de Sebastiana e Boa Sorte;  | 01            |
| Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Serra Queimada;                                    | 01            |
| Associação de Produtores e Amigos do Vecchi e Ilha Vecchi;  | 01            |
| Cooperativa Agropecuária Nova Esperança de São José da Boa Morte;                                       | 01            |
|   | 01            |

Fonte: CMDR (2001).

Nota-se que é uma composição bastante heterogênea.

No primeiro sub-campo estão os órgãos governamentais, representados pela Secretaria de Agricultura, EMATER e INCRA. A Secretaria de Agricultura participa porque, além de estar diretamente relacionada com o meio rural, foi o órgão responsável pela implementação do PRONAF Infra-estrutura no município. A EMATER por ser um órgão de assistência técnica rural do Governo e com uma ligação direta com a Prefeitura. E o INCRA, através dos representantes municipais, por ser o órgão responsável pelos assentamentos em Cachoeiras de Macacu.

No segundo sub-campo, estão as chamadas entidades parceiras, juntando-se sindicatos diferenciados, que estão no âmbito político, com organizações de produções especializadas, como é o caso da Associação Comercial, da Cooperativa de Criadores de rãs e da Associação de Psicultores. Estas últimas foram convidadas pelo Secretário de Agricultura para participarem do CMDR e tratam de questões mais técnicas ligadas a aqüicultura.

No terceiro sub-campo, estão formalmente os representantes dos agricultores familiares.

Esta composição pode indicar, a princípio, algumas considerações.

Existe um peso político e institucional desigual na representação. A instância do Estado tem uma representação legalmente enraizada e convém lembrar também que os três sub-campos (órgãos governamentais, entidades parceiras e representantes dos agricultores familiares) podem ser perpassados por uma multirepresentação. Por exemplo, o representante da associação de pequenos produtores pode também ser filiado ao STR. Do mesmo modo que o Secretário de Agricultura pode ser associado ao Sindicato dos Produtores Rurais. Esta complexa configuração pode significar diferentes posturas nas votações e na hora da defesa por interesses. Isso vai depender do perfil de cada pessoa.

Merece destaque, como parte do perfil de alguns componentes do Conselho, o envolvimento com a política partidária. Existem conselheiros que foram, são ou pretendem ser vereadores. O ex-representante do STR é vereador, a representante da associação do Faraó pretende ser e o representante da Cooperativa de Serra Queimada já foi. Isso demonstra o CMDR como espaço de formação política e como meio de acesso para o campo da política partidária ou, no inverso, também como espaço de acesso de vereadores.

A superposição dos sub-campos pode ser entendida por alguns exemplos práticos e claros.

O suplente do STR e que é também morador do Assentamento de São José da Boa Morte. Quando tem que participar das reuniões do CMDR o faz em detrimento da comunidade a qual mora.

Nesse momento, percebe-se uma clara diferenciação no papel do representante. O suplente se mostra mais como morador do Assentamento São José da Boa Morte, do que como representante de um Sindicato, com história e tradição de luta política. As

intervenções dele são sempre em favor dos outros representantes de pequenos produtores de São José da Boa Morte. Isto revela algumas questões referentes a representação, se de um lado ele tem que representar uma organização política, lidando com uma certa consciência política, de outro a proximidade com o seu próprio dia-a-dia faz com que haja uma necessidade de intervenção favorável aos interesses do assentamento (STR x Assentamento). O Sindicato é visto como o lugar de trabalho, da política, das reivindicações e o assentamento como o espaço do pertencimento, a proximidade, do dia-a-dia.

Uma vez que desse assentamento já participam 02 representantes, um da Cooperativa Agropecuária Nova Esperança (dissidência da Associação) e outro da Associação de Pequenos Produtores, a figura de um terceiro impõe a esses representantes de agricultores familiares um poder maior. Ou seja, o assentamento pode ser, em alguns casos, um maior demandador e receptor de benefícios e recursos do PRONAF Infra-estrutura.

A própria representante titular do Sindicato diz que “o STR se articula muito com São José, porque é um assentamento muito grande e com grandes dificuldades de produção, então a gente do Sindicato dá muita atenção ao pessoal de lá”.

As evidências mostram que existem dois tipos de representação para a Associação do Faraó: a formal, que é feita através do representante da Associação do Faraó e a informal, que é feita pelo representante da Associação Comercial, mas que é morador da comunidade do Faraó.

Isso pode ser observado na fala de um agricultor familiar e que é representante da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Cachoeiras de Macacu que na medida que não se reúne com a sua base, sente-se mais seguro em falar em nome da comunidade em que mora.

“ Eu não sei quantos anos tem a associação que represento. A associação tem reuniões periódicas mas eu quase não participo. Fui escolhido para representar essa associação no CMDR porque eles disseram que como sou produtor rural, seria mais fácil entender o que está sendo discutido nas reuniões. Estou há quase três anos representando essa associação no conselho, mas também já fui representante da Associação do Faraó. Por isso,

quando tem assuntos que eu não sei como defender a Associação, prefiro falar em nome do Faraó”.

Além do mais, a sua representação foi imposta pela base, que são comerciantes, grandes produtores e industriais, ou seja, as elites do município.

Um dos motivos que levou essa Associação a escolher um agricultor familiar como representante foi a visão ainda conservadora do desenvolvimento rural estar associado somente ao meio rural, ou seja, para autores como, por exemplo, Graziano da Silva (1997), há uma deficiência histórica (estrutural) de sempre acreditar que o rural é o espaço do agrário e o urbano como sendo o espaço da indústria.

Nesta perspectiva, no momento em que foram convidados a participarem de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, nada foi mais óbvio que colocar uma pessoa do meio para ocupar o cargo. Mas esqueceram que como ele mora na zona rural e as reuniões acontecem no centro da cidade, raramente são as reuniões em que ele participa.

Isso também mostra o pouco envolvimento dele com esta associação e o maior envolvimento com a associação da comunidade em que mora, que é a Associação do Faraó.

Faz também com que, mesmo não sendo formalizado, haja sempre dois representantes da Associação do Faraó, pois quando não há uma base para sustentar a representação, o porta-voz acaba portando-se como representante apenas da comunidade em que mora, pois presencia no dia-a-dia as reais necessidades dos agricultores que ali vivem e assim pode contribuir nas discussões em favor deles.

É importante destacar que a participação de alguns agricultores familiares na implementação do CMDR em Cachoeiras de Macacu e, conseqüentemente na composição, se deu pelo fato dessas pessoas já terem uma trajetória política no município, além do tempo livre (disponibilidade), capital cultural, e de terem conseguido o respaldo da associação de moradores das comunidades a que pertenciam, ou seja, eram representantes de comunidades que possuíam associações, mesmo que ainda não tão fortes, mas com uma certa organização que permitiu que estas pessoas fossem as representantes das comunidades no processo de constituição do Conselho. Por exemplo, a associação do Faraó que já existia, mas não tinha uma força de associação de produtores rurais foi impulsionada com a criação do CMDR. Segundo a representante da Associação,

“ a associação do Faraó já existia, ela começou quase como uma associação de moradores e quando houve a institucionalização do PRONAF só foi dado mais um incentivo”.

Apesar do baixo nível de instrução em geral, as associações escolheram pessoas que eram mais maduras, melhor capacitadas e que faziam parte da cúpula dirigente da organização, de modo a terem melhor preparo para entender os assuntos tratados e participar com desenvoltura nas reuniões, ou seja, pessoas que detinham um capital político. Bourdieu (1989:187) denomina de capital político

“uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento (...) nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa os próprios poderes que eles lhe reconhecem(...)A delegação do capital político pressupõe a objetivação desta espécie de capital em instituições permanentes, a sua materialização em máquinas políticas, em postos e instrumentos de mobilização e a sua reprodução contínua por mecanismos e estratégias”.

Tanto a representante da Associação de Moradores do Faraó, quanto o representante da Associação do Guapiaçu e a representante do STR, têm uma história política relevante, que faz com que as intervenções nas reuniões do CMDR sejam mais freqüentes e de maior peso que a dos outros representantes dos agricultores familiares.

A representante da Associação do Faraó participou desde o início da criação do CMDR: “não foi difícil agregar outras associações, porque no início existia o Conselho Municipal de Associação, do qual eu já fazia parte também. Então quando foi criado o CMDR, eu tive uma participação efetiva”

O representante da Associação do Guapiaçu também participou da constituição do CMDR de Cachoeiras de Macacu. Isso se deu por ele já ter sido, por seis meses, Secretário de Agricultura. A sua atuação política começou desde 1980, quando se mudou para Cachoeiras de Macacu e foi trabalhar como produtor rural. A partir daí sempre foi interessado em participar de tudo que tinha relação com a agricultura no município. Foi chamado para participar da criação do Conselho Municipal de Associações, que juntou 38

associações e foi o primeiro presidente, mas na época representava a Associação Funchal<sup>7</sup>, que não participa do CMDR, porque a associação se desmobilizou completamente.

Ainda segundo o representante da Associação do Guapiaçu, esse Conselho de Associações teve um poder político muito grande na época. Diz ele:

“ Nós fizemos um panelaço, baixamos o preço da carne de mercado. Também conseguimos reativar 16 escolas das 26 que estavam fechadas na zona rural, levamos o Secretário de Educação para dar palestras nessas escolas, fechamos os areais que estavam acabando com o rio Guapiaçu. Fizemos um estardalhaço.”

A atual representante do STR no CMDR tem um acúmulo de capital cultural e político, uma vez que é filha de assentados e o pai foi líder político na época da luta pela terra em São José da Boa Morte. Sempre envolvida com reivindicações quanto às questões referentes ao meio rural, participou do Projeto Lumiar<sup>8</sup> e a partir de então continuou envolvida com essas questões. Tomou conhecimento do conselho, por ser técnica nesse projeto,

“Nós fomos convidados enquanto técnicos. Também tinha EMATER e o INCRA. Teve uma época que nós fizemos um diagnóstico na Gleba G<sup>9</sup> e uma das coisas que todo mundo queria era um galpão comunitário. Então fizemos um pedido e aí começamos a participar mais vezes das reuniões do conselho. Depois disso o projeto acabou, mas eu estava tão envolvida com as associações que fui trabalhar no PRONERA (Programa de Educação de jovens e adultos na área de Reforma Agrária), eu estava o tempo todo envolvida com a CONTAG, INCRA e a FETAG”.

---

<sup>7</sup> A comunidade Funchal é uma comunidade de colônia japonesa e que tem uma produção de goiaba expressiva no município.

<sup>8</sup> O Projeto Lumiar visava implantar um serviço descentralizado de assistência aos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do Governo Federal. Trata-se de um projeto em apoio à implementação do processo de desenvolvimento sustentável, para a produtividade do trabalho, com melhoria do nível social e cultural das famílias beneficiadas (INCRA, 2004).

<sup>9</sup> Gleba G é o nome de uma comunidade rural de Cachoeiras de Macacu e está representada no CMDR por meio da Associação dos Produtores das Comunidades da Gleba, Rio do Mato, Nova Ribeira, Marubá e Adjacências.

Assim, quando houve o afastamento de um representante do STR do conselho, por faltas consecutivas, os dirigentes do STR decidiram não perder a vaga no conselho e escolheram novos representantes para participarem das reuniões.

Esse fato foi bastante polêmico na época, pois o representante do STR não quis aceitar ser destituído do cargo de conselheiro, entrando na justiça contra o CMDR. Mas, este teve causa ganha e o Sindicato teve que escolher novos membros para comporem o Conselho.

Esta polêmica foi enfatizada pelo representante da Associação do Vecchi. De acordo com ele, “esse negócio do conselheiro ficar 03 vezes sem vir deu uma briga muito grande. A gente quis tirar, ele não aceitou, então pôs o Conselho na justiça”.

Segundo conversas com a representante atual do STR, a dificuldade de aceitação do ex-representante para deixar o cargo de conselheiro pode ser explicado por dois aspectos. Por um lado ele queria se autoconsagrar como representante do STR nesse espaço, para cada vez ter mais visibilidade, tanto no seio do Sindicato quanto perante lideranças comunitárias. Mais ainda, temia perder poder na direção do STR, uma vez que daria o poder de participar no CMDR a outra pessoa. Por outro lado, sentia que era uma das pessoas mais preparadas no Sindicato para assumir o cargo de conselheiro, uma vez que era também vereador. A respeito disso tudo, a atual representante do STR no Conselho evidencia o fato de que

“foi muito complicado escolher um representante do Sindicato no Conselho, porque aqui (no STR) a gente tem uma cultura de que o representante para qualquer entidade tem que ser sempre o presidente do Sindicato. Isso é muito difícil porque ele tem que representar o STR em todos os conselhos, em todos os lugares, acaba não representando bem. Eu tentei levar essa questão para dentro da diretoria, mas não adiantou. Hoje eu só sou representante porque o ex-representante foi excluído. Foi um processo bastante desgastante e para a gente enquanto Sindicato era muito difícil assumir os próprios erros. Tivemos uma discussão interna e também dentro do CMDR e a gente ia perder a cadeira. Eu falei que de jeito nenhum a gente podia perder esse lugar”.



Tal fato também demonstra o quanto é importante, para o STR, ter assento e garantir um espaço no Conselho.

Percebe-se que a atual representante do STR foi quem mais incentivou e mobilizou as outras pessoas do Sindicato para não deixarem o Conselho. Por ter uma percepção rica do Sindicato e muito aguçada do que é ser representante, ela tem uma preocupação grande em movimentar a base. Para ela,

“O Sindicato é muito mais que o presidente, a diretoria. É uma entidade que representa a categoria trabalhadora, representa os trabalhadores que estão lá no campo (...) A minha preocupação foi sempre tentar fazer com que as questões, decisões e reivindicações cheguem às pessoas que eu represento”.

Fica claro que todos esses três representantes já tinham uma história no município. Por isso, quando ficaram sabendo da criação do primeiro Conselho Municipal de Política Agrícola do município, com exceção da representante atual do STR, porque na época o STR foi representado pelo antigo conselheiro, foram os únicos a participarem enquanto agricultores familiares. No processo de mudança desse conselho para CMDR, a fim de receber recursos do PRONAF, também tiveram participação efetiva.

O Conselho tem um caráter bastante dinâmico, onde algumas pessoas são excluídas, algumas entidades saem, outras entram. Até o momento da pesquisa a configuração era a seguinte:

## Quadro 02

### Composição atual do CMDR de Cachoeiras de Macacu

| ORGANIZAÇÕES   | Nº REPRESENT. |
|--|---------------|
| <b>A) Poder público municipal</b>  | <b>02</b>     |
| Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca                       | 01            |
| EMATER- RIO  | 01            |
| <b>B) Entidades Não Governamentais: representantes das entidades parceiras</b>   | <b>05</b>     |
| Sindicato dos Trabalhadores Rurais   |               |
| Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Cachoeiras de Macacu- ACIACAM | 01            |
|  | 01            |
| Associação Regional de Psicultores do Vale do Macacu- Acquapeixe                 |               |
| Cooperativa dos Criadores de Rã de Cachoeiras de Macacu, Magé a                  | 01            |
| Adjascências- COOPERCRAMA  | 01            |
| ONG Reserva Ecológica do Guapiaçu- REGUA   |               |
|  | 01            |

|   |           |
|---|-----------|
| <b>c) Representantes dos agricultores familiares</b>  | <b>09</b> |
| - Associação de Pequenos Produtores de São José da Boa Morte;   | 01        |
| - Associação dos Lavradores e Amigos do Faraó;  | 01        |
| - Associação dos Produtores das Comunidades de Quizanga;  | 01        |
| - Associação dos Produtores das Comunidades da Gleba G, Rio do Mato, Nova Ribeira, Marubaí e Adjacências; | 01        |
| - Associação de Pequenos Produtores, Lavradores, Artesãos do Soarinho e Adjacências;                      | 01        |
| - Associação de Moradores, Produtores de Sebastiana e Boa Sorte;  | 01        |
| - Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Serra Queimada;                                    | 01        |
| - Associação de Produtores e Amigos do Vecchi e Ilha Vecchi;  | 01        |
| - Cooperativa Agropecuária Nova Esperança de São José da Boa Morte.                                       | 01        |

Fonte: Ata de reunião 02/02/2003.

Percebe-se que atualmente, não participam mais das reuniões, nem o INCRA, nem o Núcleo de Defesa Sanitária e nem o Sindicato dos Produtores Rurais, por causa das faltas consecutivas.

A saída deles do Conselho é vista por alguns como um fator positivo.

“ Eu acho que funciona bem desse jeito que está. Porque às vezes têm entidades que vão para o Conselho e elas mesmas não dão certo valor. Acho que as pessoas que vão têm que participar. Antes tinha o INCRA, o Sindicato dos Produtores, mas porque colocar entidades que não estão participando?” (representante Associação Comercial).

Essas faltas podem estar associadas ao descomprometimento para com a agricultura familiar do município. O comprometimento pode estar muito ligado aos diferentes interesses.

No caso do Sindicato dos Produtores Rurais o descomprometimento pode estar ligado ao fato de o presidente atual não acreditar no Conselho como um espaço para se discutir questões referentes ao desenvolvimento rural do município, mas onde a prioridade são os agricultores familiares. Para ele, o Conselho é a extensão da Secretaria de Agricultura, onde quem manda é sempre o Secretário.

“Eu acho que o Conselho não serve para nada. Pra mim quem manda mesmo é o Rafael (Secretário de Agricultura). No conselho eles não discutem nada, principalmente os agricultores familiares que não sabem nem o que estão fazendo lá” (Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais).

A falta de interesse por parte do Sindicato dos Produtores em Cachoeiras de Macacu não pode ser atribuída a uma decisão conjunta, mas a uma característica específica a uma

pessoa, na figura do presidente atual, que por achar que o Conselho não funciona resolveu não participar das reuniões.

É importante destacar que ele nunca participou de qualquer reunião do CMDR, por isso, o motivo da exclusão dessa entidade. Isso revela a falta de interesse das atuais lideranças patronais com as políticas ligadas ao desenvolvimento rural, quando o espaço é o CMDR.

No mandato anterior, a representação do Sindicato participava de todas as reuniões, demonstrando que não é uma posição do Sindicato e sim uma posição pessoal. Eles não participam oficialmente do CMDR porque houve eleições no Sindicato e a chapa deles perdeu. A nova diretoria era contra as ações da antiga, resultando numa briga interna. Os ex-conselheiros resolveram sair do Sindicato e hoje, tanto o ex-conselheiro titular quanto o ex-suplente, são interessados, por isso eles continuam participando das reuniões mesmo não podendo votar. Para eles é fundamental saber o que está acontecendo no município com relação ao desenvolvimento rural.

A outra novidade foi a entrada da ONG REGUA<sup>10</sup>, no início de 2003, que reivindicou um assento no Conselho por intermédio do representante do Guapiaçu.

O fato de estar ligadas à questão ambiental foi fundamental para a percepção da necessidade de participar das discussões no Conselho, como percebe-se na entrevista com a representante da ONG.

“ A reivindicação para participar do CMDR foi uma coisa que naquele momento não foi planejada estrategicamente, aconteceu de uma maneira bastante oportunista. O suplente da associação do Guapiaçu conversando com a gente achou interessante que a REGUA participasse. Então ele nos apresentou ao presidente do Conselho que aceitou e nós começamos a fazer parte. Basicamente devido a esse projeto demonstrativo de agricultura orgânica, dentro da educação ambiental, dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável”.

---

<sup>10</sup> A ONG REGUA (Reserva do Guapiaçu) foi fundada, no ano de 2000, por dois estrangeiros, proprietários de uma fazenda na comunidade do Guapiaçu, que desde a década de 90 queriam transformar a floresta da fazenda em reserva ecológica. A missão da ONG é a conservação da Mata Atlântica, através de algumas atividades: proteção e educação ambiental; ecoturismo; recuperação de áreas degradadas; e pesquisa científica em parceria com Universidades.

A presença da ONG incorporou novas questões e novas práticas, por exemplo, a preocupação com a agroecologia, um discurso sobre empoderamento e o incentivo a criação de associações.

“Uma das atividades que a gente prevê é um trabalho com as comunidades para incentivar a criação e/ou o fortalecimento das associações, para empoderar mesmo essas pessoas, para que elas levem propostas e questões ao poder público. O foco do nosso trabalho é o meio ambiente, mas a gente quer que essas pessoas estejam habilitadas para resolverem as questões das suas comunidades considerando o desenvolvimento sustentável. Tenho claro que é não vai ser fácil, mas buscamos através da educação ambiental conscientizar as pessoas. Por enquanto, existe só uma comunidade envolvida com esse trabalho, que é a Associação do Matumbo” (representante da ONG).

Uma primeira constatação que pode ser feita com esta entrevista é o fato de que a Associação do Matumbo está envolvida com a ONG, mas não está presente no CMDR.

A Associação estava desestruturada há anos e vinha sendo representada pela Associação do Guapiaçu, pois se inseria no que eles chamam de “adjacências”. Ao que tudo indica, a comunidade não participava das reuniões da Associação do Guapiaçu, não se sentindo, assim, presente no CMDR. O intuito da ONG foi de tentar levantar a Associação do Matumbo através do trabalho com a questão ambiental e a ambição maior é conseguir um espaço para ela no CMDR.

Dois fatores influenciam a participação das comunidades no CMDR. O primeiro é a questão da organização das comunidades, aquelas comunidades que se mostram mais organizadas são as que participam do Conselho. Em segundo lugar, as comunidades que participam são aquelas que têm uma produção relevante, aquelas que têm uma alta produtividade.

É importante chamar a atenção para o fato de que as associações de pequenos produtores que hoje participam do CMDR e, que são as mesmas desde o início, são as que têm uma produção relevante no município. Para o Secretário de Agricultura,

“As comunidades que hoje efetivamente participam as reuniões do CMDR são também as mais produtivas. Isso, pra mim, é uma coisa normal, porque

estão preocupadas com a comercialização dos seus produtos, bem como melhorias na infra-estrutura”.

Neste sentido, estar organizado pela produção é condição de participação, de pressão, de construção de identidade e, principalmente, de acesso a políticas públicas.

Assim, aquelas comunidades que não estão organizadas e/ou têm uma baixa produção, muitas vezes só para o auto-consumo, inevitavelmente estão de fora.

A maioria das associações que estão presentes no CMDR de Cachoeiras de Macacu não faz reuniões periódicas. Elas só se reúnem quando é necessário decidir alguma questão mais importantes. Isso dificulta o papel da representação, porque as pessoas das comunidades não se encontram nesse espaço social e formal do discurso e construção de objetivos, interesses e identidades.

Referindo-se aos agricultores familiares de sua comunidade, o representante da Associação do Guapiaçu assinala para a falta de participação da comunidade.

“A nossa comunidade tem uma grande dificuldade em dar respaldo à associação, porque ninguém participa das reuniões. As pessoas se juntam quando estão com dificuldades, isto eu acho normal, mas acho também que tinha que ter maior união, porque quando o problema se resolve todo mundo some. Eles acham que o Conselho tem que existir só para resolver problemas e não é. É para ajudar a resolver problemas, mas também para ter idéias e projetos futuros. E quanto mais gente tiver lá trás, melhor”.

A Associação do Faraó é uma que se destaca das demais porque faz reuniões regulares. A forte presença da representante da Associação do Faraó nos debates no conselho pode ser explicada pelo apoio da base, através das reuniões periódicas que acontecem mensalmente na Escola Municipal da comunidade do Faraó. Este respaldo das pessoas da comunidade dá maior legitimidade à representação de interesses.

Como algumas associações delegam a uma única pessoa o poder de falar em nome do grupo, sem uma relação de contato direto com a base, existe uma dificuldade na representação, que deixa de existir como ordenadora de ideais (Bourdieu, 1989). Isso é reflexo da falta de uma base forte de sustentação e de uma identidade que deveria ser construída para que o representante do grupo buscasse zelar pelos interesses construídos no seio do grupo, correndo o risco de o representante defender uma posição que ele acha que

seria favorável ao grupo. Em certos casos, o representante, como não discutiu anteriormente com a base, permite-se pensar sozinho em prol do grupo.

Na medida em que não existe uma organização fortalecida nas comunidades, a representação se enfraquece e o conselho continua sendo um outro braço do poder público.

### **3.Considerações finais**

A questão da representação não pode ser compreendida somente pela sua obviedade, ou seja, que o representante seria aquela pessoa responsável por representar certa comunidade ou organização, um interlocutor entre duas instâncias. Fez-se essencial entender todo processo de constituição da representação tanto na implementação do CMDR, quanto no seu funcionamento.

Num primeiro momento coloca-se em evidência a constituição do CMDR, inserindo agricultores familiares nas discussões de assuntos públicos, que até então não faziam parte. Nesse caso problematiza-se o pressuposto de que os conselhos municipais seriam espaços democráticos, atentando-se para a dependência da natureza das instituições que fazem parte e sua relação com o poder público. Pode-se observar que duas posturas podem ser tomadas dependendo dos interesses do poder público municipal.

- 1) Poder público pode simplesmente ignorar o CMDR, como já aconteceu em Cachoeiras de Macacu num determinado período, ocorrendo uma certa desmobilização e descrença dos agricultores familiares.
- 2) Poder público pode apoiar a agricultura familiar e “dar a cara a tapas”, se indispondo com outras categorias.

Essa segunda postura é o que acontece hoje em Cachoeiras de Macacu. O atual prefeito se mostrou solidário e empenhado em contribuir para o desenvolvimento rural do município apoiando a agricultura familiar. Isso gerou algumas controvérsias por parte dos produtores rurais de médio e grande porte, que por conta disso resolveram se ausentar das reuniões do Conselho. Trata-se de romper com a ligação histórica do poder público com os grandes produtores rurais.

Entretanto, apesar do apoio dado aos agricultores familiares, o fato da centralização do Conselho na Secretaria de Agricultura atropela o que poderia ser uma chance dos próprios agricultores lidarem com a burocracia, buscando um respaldo da base de suas comunidades, pois não estariam no papel de “beneficiários” do poder público, seriam sim

os responsáveis pela execução, administração e gerência dos problemas, recursos e das soluções.

O que se verifica na prática é a fragilidade dos conselheiros diante da centralização do poder nas mãos do poder público. Mesmo no CMDR, onde se verifica uma mesa diretora que incentiva a participação, a discussão, os representantes dos agricultores familiares pouco se manifestam, pouco discordam das opiniões do presidente. Muitas vezes a figura do presidente, numa postura centralizadora e autoritária dificulta e até impede os debates, forçando consensos.

Pode-se considerar que o CMDR interfere num espaço político, onde estruturam-se relações de assimetria de poder, de distribuição desigual de informação, circunscritas a redes pessoais, cujo conhecimento e amizade com as “pessoas certas” pode garantir o atendimento de muitos pedidos. É preciso atentar-se para a desigualdade material e não material (educação, capacidades representacionais, oportunidade e capacidade de organizar interesses).

O que acontece no CMDR de Cachoeiras de Macacu é que não há uma identidade construída através do apoio da base. Poucas são as associações que se reúnem para discussão de assuntos referentes ao desenvolvimento rural do município.

O CMDR se insere num amplo sistema de relações entre posições adquiridas por agentes políticos em sua base eleitoral, traduzindo-se em *locus* de uma competição no qual está em jogo especificamente o monopólio da autoridade política, definida, de modo inseparável, como a capacidade técnica, o poder social – que advém dessas relações pessoais – , e o poder econômico. Em jogo, nessas disputas, está o monopólio sobre o espaço político, bem demarcado, construído a partir de um amplo processo de envolvimento com os agentes sociais locais, envolvendo trocas simbólicas e materiais, que consolidam dívidas sociais, que mantêm os vínculos de lealdade, fidelidade e asseguram a dependência recíproca.

A partir de uma avaliação mais aprofundada, observa-se que a resposta para o não funcionamento como esperado do Conselho não está na conjuntura, há uma questão anterior que é estrutural; elementos que se colocam no centro do debate e que, na maioria das vezes não são considerados por conselheiros.

O CMDR, visto como espaço de interação de interesses diversos, socializa e politiza as pessoas, não é só luta pelo poder. Não se pode reduzir o Conselho a apenas um espaço de concorrências e disputa pelo poder. Representar é ser porta-voz de um grupo, ajudar na construção dos interesses, mobilizar, levar informações, e acima de tudo ser capaz de repassar conhecimentos para a reprodução da representação.

#### **4. Bibliografia utilizada**

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. . In: **Revista Estudos Avançados**, vol. 15, nº 43, set/dez, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro/ Lisboa: Bertrand Brasil/ Difel, 1989.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa, Portugal: Nova Biblioteca 70, 1999.

INCRA. Projeto Lumiar. Acessado em abril de 2004: [http// www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br).

OFFE, Claus; WIESENTHAL, H. Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização. In: OFFE, C. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NEVES, Delma Pessanha. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: Anais do IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Belém, PA: UFPA, março, 2001.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamentos rurais: reforma agrária em migalhas**: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas. Mercantis. Niterói:EDUFF, 1997.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E PESCA.

**Regimento Interno do CMDR de Cachoeiras de Macacu**. 2001.